

# Índice de Interferência da Indústria do Tabaco

*Brasil | 2020*



## **Elaboração**

### **ACT Promoção da Saúde**

Mônica Andreis  
Mariana Pinho  
Laura Cury

### **Observatório das Estratégias da Indústria do Tabaco do Centro de Estudos Tabaco e Saúde/Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz**

Silvana Rubano Barretto Turci  
Alexandre Octavio R. de Carvalho

## **Colaboração**

Global Center for Good Governance in Tobacco Control  
Mary Assunta  
Yodhim Dela Rosa

## **Editoração e Revisão**

### **ACT Promoção da Saúde**

Juliana Cenoz Waetge

## **Produção Gráfica**

### **ACT Promoção da Saúde**

Ronieri Gomes

### **Forma de citação sugerida:**

ACT Promoção da Saúde. Índice da Interferência da Indústria do Tabaco Brasil 2020. Rio de Janeiro: ACT Promoção da Saúde, 2020.

A versão completa do Índice Global de Interferência da Indústria do Tabaco (Global Tobacco Industry Interference Index) pode ser acessada em [globaltobaccoindex.org](http://globaltobaccoindex.org)

## **O que é o Índice Global de Interferência da Indústria do Tabaco?**

O Índice Global de Interferência da Indústria do Tabaco (TII Index, pela sigla em inglês) é uma pesquisa mundial que avalia se as políticas públicas estão protegidas dos esforços subversivos da indústria do tabaco e como governos têm se protegido contra essa influência.

O TII Index originou-se de um relatório da Aliança de Controle do Tabaco do Sudeste Asiático (Seatca) com apoio da iniciativa Stopping Tobacco Organizations and Products (STOP - em português, "Detendo Organizações e Produtos de Tabaco"), da Filantropia Bloomberg, e é parte da publicação do Centro Global para Boa Governança em Controle do Tabaco (GGTC) da Escola para Estudos Globais da Universidade de Thammasat, na Tailândia.

O índice baseia-se em informações acerca da interferência da indústria do tabaco e nas respostas dos países e de seus respectivos governos para detê-la. Sua primeira versão global foi lançada em 2019, com base em dados do ano anterior, e contou com a participação de 33 países dos cinco continentes. Em 2020, o índice contou com 57 países participantes.

### **Como as informações são coletadas?**

Foram identificados colaboradores nos países participantes para coleta de informações publicamente disponíveis acerca das ações empreendidas pelas empresas de tabaco e pelos governantes. Em reconhecimento às ações regionais, nacionais e internacionais que desenvolve, a ACT Promoção da Saúde foi o ponto focal do Brasil para a elaboração do relatório.

Para nortear a coleta, um questionário de 20 perguntas foi respondido sobre sete temas: participação da indústria no desenvolvimento de políticas, atividades da indústria, benefícios para a indústria, interações desnecessárias, transparência, conflito de interesse e medidas preventivas.

As questões estão relacionadas às recomendações das Diretrizes para Implementação do Artigo 5.3 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) da Organização Mundial da Saúde, aprovadas em 2008. Esse artigo descreve a obrigação dos países em, ao estabelecer e implementar suas políticas públicas de saúde relativas ao controle do tabaco, agir para proteger essas políticas dos interesses comerciais ou outros interesses da indústria do tabaco, em consonância com a legislação nacional.

### **Como as incidências são avaliadas?**

De maneira geral, as incidências da indústria do tabaco são avaliadas e recebem uma pontuação, que varia entre 0 e 5, a depender do número, da severidade e/ou da frequência com que tenham ocorrido. A pontuação base foi 3 para qualquer incidente de interferência. Em seguida, o número foi ajustado considerando a gravidade da interferência e, como regra, foi adicionado 1 ponto para qualquer circunstância agravante e removido 1 ponto para circunstâncias atenuantes. Dessa forma, uma interferência muito grave recebe 5 pontos, enquanto uma interferência mitigada, 0 (zero).

### **Índice de Interferência da Indústria do Tabaco no Brasil**

Para a coleta e análise das incidências que ocorreram entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2019, a ACT Promoção da Saúde contou com a contribuição da equipe do Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Cetab/Fiocruz), que mantém o Observatório das Estratégias da Indústria do Tabaco.

# Sumário

A pontuação da nova versão do Índice para a interferência da indústria do tabaco no Brasil, 48, é significativamente maior do que a do ano anterior, que havia sido de 34. Com isso, passamos da 5ª posição do ranking de 33 países em 2019 para a 14ª posição dentre os 57 países analisados em 2020.

O aumento na capacidade nacional para monitorar a indústria do tabaco (IT) provavelmente possibilitou uma maior captura de informação. A ACT Promoção da Saúde incluiu o monitoramento da IT na sua rotina e o Observatório sobre as Estratégias da IT do Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde da Fiocruz também tem uma grande capacidade e eficiência para sistematizar a informação a cada ano. Dessa forma, a parceria entre as instituições assegurou evidências robustas e numerosas acerca das atividades das empresas de tabaco.

No entanto, questões políticas no Brasil certamente contribuíram fundamentalmente para os achados. Em 2019, houve mudanças no mais alto nível de decisões federais e estaduais, o que resultou em uma intensa crise política. Uma das iniciativas presidenciais determinou a suspensão de alguns órgãos colegiados, incluindo a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro (Conicq), coordenada pelo Instituto Nacional de Câncer.

Ademais, o estabelecimento de um grupo de trabalho pelo Ministério da Justiça com o objetivo de avaliar a redução dos

impostos de cigarros para tentar enfrentar o contrabando, mesmo já estando comprovado que o aumento de tributos é uma das medidas mais eficazes para reduzir o tabagismo, foi um dos eventos mais relevantes no período. Felizmente, a proposta de redução foi rejeitada, em grande parte graças aos esforços do Instituto Nacional de Câncer e à mobilização da sociedade civil, mas a mera formação do grupo já mostrou que a IT conseguiu, até certo ponto, influenciar o governo.

A seguir, será apresentado um resumo dos achados do levantamento realizado, e a íntegra do questionário está incluída como Anexo. Para cada seção, está apontada a pontuação registrada pelo Brasil para as ocorrências de 2019.

## **1. Participação da indústria no desenvolvimento de políticas**

*Pontuação: 9*

Geralmente, o governo brasileiro não aceita ou endossa nenhuma política ou legislação elaborada por ou em colaboração com a indústria do tabaco.

No entanto, em 2019, foram identificadas incidências significativas de representantes da IT em órgãos federais, incluindo visitas ao escritório do Ministério da Justiça dias antes da criação do grupo de trabalho para discutir preços e impostos de cigarros. Felizmente, o resultado desse grupo foi favorável ao controle do tabaco e os interesses de saúde pública foram preservados, especialmente em virtude do trabalho de pesquisadores e partes in-

teressadas pertencentes ao Instituto Nacional de Câncer do Brasil.

Além disso, desde 2014, a Associação de Municípios Produtores de Tabaco, que mantém relações com a Sindicato Interestadual das Indústrias de Tabaco (SindiTabaco), tem sido atuante e certamente cria dificuldades para o avanço de programas para salvaguardar economias e agricultores locais diante dos avanços no controle do tabaco em todo o mundo.

O Ministério da Agricultura também estabelece câmaras setoriais para contribuir com as discussões sobre os avanços necessários nos diversos setores produtivos, inclusive o do tabaco - mesmo que os objetivos da câmara possam ser contrários à Política Nacional de Controle do Tabaco. Membros representativos dos níveis federal, estadual e municipal, agricultores, trabalhadores e indústria são membros.

Finalmente, a indústria do tabaco não faz parte da delegação brasileira em reuniões regulares e de grupos de trabalho no âmbito da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco.

## **2. Atividades da indústria**

*Pontuação :2*

Existem evidências de atividades de responsabilidade social corporativa (RSC) desenvolvidas pelas IT em regiões produtoras de tabaco. Foram registrados projetos de RSC voltados para crianças e jovens e sua divulgação contou por vezes com o apoio de governos, incluindo de representante do Ministério da Agricultura.

Essa estratégia é uma contradição, afinal os principais objetivos da indústria estão em conflito com os objetivos das políticas de saúde pública em relação ao controle do tabaco. Além disso, essas atividades tentam normalizar as ativida-

des econômicas e sociais na região em que estão localizadas.

## **3. Benefícios para a indústria**

*Pontuação 4*

A indústria do tabaco defende que os produtores tenham acesso a empréstimos bancários com interesse especial para a produção de tabaco, mas esse benefício foi suspenso desde 2002. Em 2019, durante um evento realizado pela indústria, o Secretário de Agricultura Familiar mencionou sua intenção de resgatar o benefício. Felizmente, a medida não foi implementada em nível nacional neste ano. No entanto, há evidências de que um banco estatal oferece uma linha de crédito especial para produtores de tabaco.

Ademais, são permitidos viajantes internacionais com até 600 cigarros, 50 charutos e 500 gramas de tabaco, considerando compras no exterior e lojas duty-free.

## **4. Interações desnecessárias**

*Pontuação: 11*

Em 2019, representantes do poder executivo federal participaram de eventos patrocinados pela IT, incluindo o Vice-Presidente e os Ministros da Casa Civil e da Agricultura. Além disso, em eventos locais patrocinados pela IT nas regiões produtoras de tabaco, geralmente os prefeitos estão presentes. Há também evidências de eventos culturais regionais patrocinados pelo governo local em conjunto com a IT. As relações nos níveis local e regional entre as empresas de tabaco e os representantes dos poderes executivo e legislativo são um risco potencial de interferência que pode ganhar uma dimensão nacional.

Há evidências robustas de que uma entidade governamental rural estabeleceu uma cooperação financeira e/ou técnica com empresas de tabaco para realizar pesquisas e desenvolver programas ru-

rais e sociais que se opõem à proposta oficial do governo federal de diversificar a renda e a produção nas propriedades que cultivam tabaco.

Adicionalmente, verificou-se a doação de equipamentos feitos pela Philip Morris para a polícia federal, a fim de colaborar em ações de combate ao comércio ilícito de produtos de tabaco na fronteira com o estado do Mato Grosso do Sul.

Os governos estaduais que produzem tabaco aderiram ao programa do SindiTabaco e da Souza Cruz, subsidiária da British American Tobacco, que supostamente oferecem oportunidades de atividades economicamente viáveis aos produtores rurais, em oposição ao Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, oferecido pelo governo federal.

## **5. Transparência**

*Pontuação: 6*

Algumas agências possuem regras para transparência e divulgação de reuniões sobre tabaco, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Os detalhes das reuniões nem sempre são acessíveis, mas existe uma lei federal que permite que os cidadãos solicitem informações adicionais. O lobby no Brasil ainda não foi regulamentado e os representantes da IT podem tirar proveito dessa situação e facilmente entrar em contato com representantes do governo e parlamento.

## **6. Conflito de interesse**

*Pontuação: 6*

O financiamento privado de campanhas políticas por empresas foi proibido no Brasil em 2015. Embora não seja uma restrição imposta apenas à indústria do tabaco, afeta o monitoramento das atividades e estratégias desenvolvidas por essas empresas.

## **7. Medidas preventivas**

*Pontuação: 12*

No país, mesmo que as agendas dos representantes do Poder Executivo sejam públicas, o conteúdo e as reivindicações feitas durante as reuniões não são divulgados. Além disso, os membros do Poder Legislativo não divulgam suas reuniões, porém, por meio das redes sociais, foi possível registrar a interação entre parlamentares e os defensores da cadeia produtiva do tabaco.

O governo federal possui um Código de Ética aplicável aos servidores públicos, mas não há menção explícita à proteção de políticas públicas contra os interesses da indústria do tabaco. No entanto, o código de ética e o regulamento interno da Conicq são aplicáveis a seus membros representantes de diferentes áreas do governo federal. Embora suas atividades estejam formalmente suspensas, a Conicq manteve suas reuniões, em conformidade com os requisitos legais a esse respeito.

Infelizmente, no Brasil não há recursos para acessar um conjunto de informações importantes provenientes da IT, como despesas de marketing, lobby ou relações indiretas.

---

*Pontuação total: 48*

# Recomendações

1. O Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas de Tabaco, baseado no desenvolvimento sustentável, na segurança alimentar, na diversificação produtiva e na participação social, precisa ser fortalecido, como forma de proteger as famílias produtoras da redução da demanda global por tabaco e da interferência da indústria nos níveis local, regional e nacional.
2. As atividades de responsabilidade social corporativa relacionadas à indústria do tabaco deveriam ser proibidas.
3. A total transparência e disponibilização de mecanismos para evitar conflitos de interesses e interferên-

cias indevidas nas políticas públicas de saúde devem ser garantidas nas interações entre representantes do governo e parlamentares com a indústria do tabaco.

4. A adoção de um código de conduta para todos os funcionários do governo ao lidar com a indústria do tabaco deveria ser proposta. O governo deve desenvolver um plano para conscientizar todos os membros sobre a importância de estar em conformidade com o Artigo 5.3 da CQCT.
5. É necessário obter mais informações sobre os negócios da indústria do tabaco, incluindo informações sobre despesas de marketing, lobby, filantropia e contribuições políticas.

# Anexo

## Resultados e Achados

0 1 2 3 4 5

### INDICADOR 1: Nível de Participação da Indústria no Desenvolvimento da Política

1. O governo<sup>1</sup> aceita, apoia ou endossa qualquer oferta para assistência prestada por ou em colaboração com a indústria do tabaco<sup>2</sup> no sentido de implementar políticas públicas de saúde em relação ao controle do tabaco<sup>3</sup> (Rec 3.1)

3

O governo geralmente não aceita assistência da indústria do tabaco nas decisões finais. No Brasil, a Comissão Nacional de Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq) é composta por representantes do governo de 18 ministérios e agências. A Comissão foi suspensa em 2019, mas seu Secretariado está trabalhando para seu restabelecimento, que está em discussão.

A Ordem Administrativa da Conicq nº 713/2012 contém diretrizes éticas aplicáveis a seus membros, conhecida como portaria de transparência. Regula questões como conflitos de interesse, interações na indústria do tabaco, participação de funcionários do governo em eventos patrocinados pela indústria e propostas de emprego, entre outras coisas (<https://www.tobaccocontrol.org/files/live/Brazil/Brazil%20-%20Ord.%20No.%20713.pdf>).

No entanto, existem outros espaços onde os interesses do setor do tabaco são defendidos, diretamente pelos representantes da IT ou por meio de seus aliados, como associações de agricultores, grupos de frente ou políticos comprometidos com a cadeia do tabaco. Nesses espaços, as políticas de controle do tabaco são discutidas e as decisões são definidas de acordo com as prioridades do setor do tabaco.

1. **Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs).** A Anvisa proibiu os DEFs em 2009, mas uma revisão de sua proibição foi incluída na Agenda Regulatória da Agência. Dezenove reuniões entre os representantes das indústrias de tabaco e os diretores e coordenadores da Anvisa foram registradas em 2019. A Anvisa realizou duas Audiências Públicas com o objetivo de discutir os efeitos na saúde da exposição e consumo de DEFs e as consequências de sua permissão para políticas de controle do tabaco. A revisão ainda está em andamento.

2. **Projeto de lei nº 769/2015.** O projeto de lei propõe a proibição de propagan-

da, de aditivos e de fumar dentro do carro com crianças presentes, além de estabelecer as embalagens padronizadas para produtos de tabaco.

A **Câmara Setorial do Tabaco**, criada em 2004 pelo Ministério da Agricultura (MAPA), é composta por representantes de departamentos governamentais nacionais, associações de produtores de tabaco, indústrias de tabaco, trabalhadores de indústrias de tabaco e outros<sup>4</sup>. Nas 59.<sup>a</sup> e 60.<sup>a</sup> reuniões<sup>5</sup>, o Ministro da Agricultura foi convidado a rejeitar o Projeto de Lei nº 769/2015. Alguns dos representantes dessas associações estavam na Audiência Pública organizada pelo Senado, mas representavam sua própria instituição e não falavam enquanto membros da Câmara Setorial, e não foi registrada nenhuma moção feita pelo MAPA.

Durante 2019, o **Senador Heinze**<sup>6,7</sup>, notoriamente um defensor dos interesses da IT, tentou bloquear e interferir no processo legislativo. Ele solicitou ao presidente da Comissão de Assuntos Sociais a passagem do projeto de lei pela Comissão Agrária - que poderia ser facilmente bloqueada por seus e outros aliados da IT. Seu pedido foi negado. Ele apresentou quatro emendas ao projeto de lei. O texto do projeto de lei<sup>8</sup> foi alterado durante o processo no Senado, foi aprovado em novembro e agora aguarda a agenda da Câmara dos Deputados.

O deputado federal Marcelo Moraes, que tem apoio financeiro da IT, se reuniu com o prefeito de Venâncio Aires - cidade produtora de tabaco - e tesoureiro da Amprotabaco (Associação dos Municípios Produtores de Tabaco), Giovane Wickert, em 17 de julho, para discutir o projeto de lei nº 769/2015 e avaliar a defesa do setor de tabaco durante a audiência da Anvisa sobre a venda de cigarros eletrônicos no país. Entre as medidas propostas pelo Deputado, ele propôs se reunir com o Presidente Jair Bolsonaro para vetar o projeto de lei. Segundo ele, a defesa em Brasília deveria proteger os produtores de tabaco. Outro ponto de discussão foi a audiência pública da Anvisa, para avaliar os a resolução da Anvisa sobre DEF.

**3. Associação de Municípios Produtores de Tabaco.** O objetivo da Amprotabaco é reunir todos os municípios produtores de tabaco do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, para atuar como um mecanismo de diálogo e discussão com as esferas políticas estaduais e federais. Um dos objetivos é formular diretrizes para a criação e manutenção de políticas públicas em favor do tabaco, promover o progresso e a melhoria da cultura nacional do tabaco, evitar medidas restritivas à cadeia produtiva do tabaco. A adesão à Associação pode resultar em uma contribuição financeira municipal. Seu presidente é também membro da Câmara Setorial de Tabaco do MAPA (veja mais abaixo na Câmara Setorial de Tabaco). Além disso, existe uma estreita relação entre a Associação (e seus membros) e o SindiTabaco: "Temos um inter-relacionamento com Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e, agora, com a criação da Amprotabaco, existe uma aproximação com muitos outros municípios. Essa aproximação com as comunidades é fundamental e está ocorrendo da melhor maneira possível" (Relatório Anual do Sinditabaco de 2017).

A associação atua desde 2014 e foram tomadas medidas pelos municípios associados para defender linhas de crédito para a produção de tabaco, a adoção de produtos de tabaco aquecido (que são proibidos no Brasil) e para disseminar a ideia de que medidas de controle do tabaco geram contrabando, similarmente ao que as empresas de tabaco afirmam.

**4. Grupo de Trabalho do Ministério da Justiça para reduzir os preços dos produtos de tabaco.** O Brasil lançou as políticas de aumento de impostos e preço mínimo para produtos de tabaco em 2011, que resultaram em aumentos anuais nos preços até 2015. Desde então, os preços elevados foram registrados, mas não como deveriam/era esperado. A indústria do tabaco e seus aliados (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF) e Associação Brasileira de Combate à Contrafação (ABCF), Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP)) afirmam que essa política resultou em aumento do contrabando, usando números produzidos por eles mesmos em vez de usar números oficiais<sup>9 10</sup>.

Em março de 2019, um grupo de trabalho (GT) foi estabelecido pelo Ministro da Justiça, Sr. Sérgio Moro, para entender as políticas fiscais e tributárias dos cigarros e avaliar a conveniência e a oportunidade de reduzir a tributação dos cigarros fabricados no Brasil, considerando que o consumo de cigarros ilegais/contrabandeados poderia, supostamente, gerar baixa receita tributária e prejuízos à saúde pública<sup>11 12</sup>.

O estabelecimento do GT foi precedido por uma audiência na semana anterior com o Ministro da Justiça e representantes da Souza Cruz (subsidiária brasileira da BAT), Instituto Brasileiro de Ética da Concorrência (ETCO), com ligações conhecidas à Souza Cruz<sup>13</sup>, e a Associação de Bares e Boates (ABRABAR).

Em outra ocasião, em 25 de maio, dois assessores da Assessoria Especial em Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça receberam representantes da Philip Morris Brasil com a agenda "Política tributária no mercado de cigarros".

O Ministério da Saúde foi representado pela Secretária-Executiva da Conicq e um pesquisador do Instituto Nacional do Câncer, que mostraram evidências sobre as políticas de controle do tabaco, incluindo os benefícios do aumento dos impostos e preços do tabaco, diminuição da prevalência do tabagismo e consumo de produtos legais e ilegais no Brasil e em outros países e sua relação com as políticas de controle do tabaco. O resultado do GT não incluiu aumento de impostos ou preços de produtos de tabaco.

2. O governo aceita, apoia ou endossa políticas ou projetos de lei propostas por ou em colaboração com a indústria do tabaco. (Rec 3.4)

3

**1. Projeto de lei 2898/2019.** O projeto de lei visa criar uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) (imposto federal) sobre produtos de tabaco. O senador Esperidião Amin é o relator deste projeto e o senador Heinze, talvez por acreditar que a tendência é de que a lei seja aprovada, tomou providências políticas para adiar a votação. "Pedi ao relator que fizesse uma análise melhor sobre esse tema, que é muito prejudicial para o setor e também para o produtor". O senador Esperidião retirou o tópico da agenda para revisar o projeto<sup>14 15</sup>.

**2. Proibição de aditivos.** Aditivos em produtos de tabaco foram proibidos em 2012. Desde então, a indústria do tabaco questionou na justiça, alegando a inconstitucionalidade da lei e da resolução da Anvisa. Em 2018, o Supremo Tribunal Federal decidiu em favor das competências da Anvisa para regular os produtos de tabaco e os juízes locais agora decidem cada caso de sua jurisdição. A adoção dos argumentos da IT nesses litígios é uma forma de manifestarem-se contra a política de controle do tabaco.

Em 2019, houve cinco novas ações, seis decisões a favor da proibição de aditivos (de 14 litígios pré-existentes), seis decisões contra a emissão da Anvisa (de 7 litígios pré-existentes) e quatro decisões preliminares contra a emissão da Anvisa.

Além disso, em 2019, a Advocacia Geral da União e a Anvisa apresentaram um instrumento judicial que visa mitigar todos os litígios no país e vinculá-los à decisão do Supremo Tribunal Federal.

3. Abertura oficial da safra de tabaco estabelecida pela Lei nº 15.301. A Câmara de Deputados do Estado do Rio Grande do Sul aprovou a lei que comemora a abertura da colheita do tabaco, com o apoio do deputado federal Marcelo Moraes. A data e o local - uma das cidades produtoras de tabaco - do evento serão propostos pela câmara de tabaco do estado e definidos por um ato da Secretaria de Agricultura. O evento deve ocorrer preferencialmente no dia 28 de outubro ou próximo ao Dia Estadual do Produtor de Tabaco<sup>16</sup>.

3. O governo permite/convida a indústria do tabaco para sentar em comitê interinstitucional / multissetorial do governo / órgão do grupo consultivo que define as políticas de saúde pública.. (Rec 4.8)

2

As políticas de saúde pública são desenvolvidas pelo Ministério da Saúde (MS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Agência Nacional de Saúde Suplementar. Geralmente, as decisões tomadas são discutidas pela Comissão Nacional de Saúde. As agências têm relativa independência. A Conicq não define políticas de saúde pública. Durante suas reuniões, os membros discutem sobre como articular e fortalecer as políticas de cada ministério e seguir a proposta ao MS, que é o Presidente da Comissão.

**1. Ministério da Agricultura.** A Câmara Setorial do Tabaco realiza três reuniões anuais desde 2004. Há mais de vinte membros, mas sua composição não é totalmente clara no site do MAPA<sup>17</sup>. As últimas Notas Oficiais de sua reunião em 2019 mostraram que seus membros incluem, além do representante do MAPA, a Associação de Fumicultores do Brasil (Afubra) - vinculada à ITGA, que já é reconhecida como um grupo de frente para a indústria do tabaco -, Associação Brasileira de Tabaco Indústrias (Abifumo), Sindicato Interestadual das Indústrias de Tabaco (SindiTabaco), Sindicato das Indústrias de Tabaco (Sinditabaco Bahia), Sindicato das Indústrias de Folhas de Tabaco - Rio de Janeiro (Sindifumo), Sindicato das Indústrias de Folhas de Tabaco - São Paulo (Sinfidumo) e outras<sup>18</sup>.

Nas reuniões, são discutidas "questões de interesse da cadeia produtiva, como gestão, aplicação de agrotóxicos, processo produtivo, marketing e tributação, além de questões que afetam o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, identificando possíveis barreiras. Isso pode interferir no desenvolvimento do setor produtivo e afetar a renda dos produtores rurais, no sentido de indicar e apontar soluções, da produção à comercialização".<sup>19 20</sup>

4. O governo nomeia ou permite representantes da indústria do tabaco (Incluindo de empresas estatais) em delegações da COP ou outro órgão subsidiário ou aceita o patrocínio delas para delegados (i.e. COP 4 & 5, INB 4 5, WG)<sup>21</sup> (Rec 4.9 & 8.3)

1

Não. A Delegação oficial brasileira adotou o código de conduta e seus membros devem assinar uma declaração de conflito de interesse antes de participar das reuniões da COP.

**INDICADOR 2: Atividades de RSC da Indústria**

A. As agências governamentais ou seus funcionários endossam, apoiam, fazem parcerias ou participam das chamadas atividades de RSC organizadas pela indústria do tabaco. (Rec 6.2)

**2**

B. O governo (suas agências e funcionários) recebe contribuições (monetárias ou não) da indústria do tabaco (incluindo as chamadas contribuições de RSC). (Rec 6.4)

**1. Instituto Crescer Legal.** "O Instituto Crescer Legal oferece aos jovens das fazendas a descoberta de novos caminhos. E, mais do que isso, caminha lado a lado com os adolescentes do meio rural, para descobrir em conjunto novos cenários com o apoio de programas de aprendizagem, a caminho da profissionalização. Em quase cinco anos de operação, mais de 360 jovens já se beneficiaram diretamente dos programas do Instituto, uma iniciativa do Sindicato da Indústria Interestadual do Tabaco (SindiTabaco) e de suas empresas associadas, que já administravam programas e projetos desde 1998, com o objetivo de proteger crianças e adolescentes rurais". É um instituto do SindiTabaco. Em 2019, o Programa de Aprendizagem Profissional Rural teve sete turmas e formou 129 alunos. Os parceiros desta iniciativa são escolas, estados e municípios que fornecem um local para as atividades do curso, transporte e alimentação. Durante o cerimonial de encerramento, Fernando Schwanke, Secretário Nacional de Agricultura Familiar e Cooperativas, disse: "Essa iniciativa abre caminho para uma nova perspectiva de vida desses jovens. Precisamos dessa educação voltada para o empreendedor para mudar o Brasil".<sup>22 23</sup>

**2. Redução do Trabalho Infantil.** A Japan Tobacco International usa o Programa de Redução do Trabalho Infantil ao Apoiar a Educação (ARISE), criado em 2011 para "ajudar a prevenir e eliminar" o trabalho infantil em países como Brasil, Malawi, Zâmbia e Tanzânia<sup>24</sup>. A OIT deixou de fazer parte dessa iniciativa em 2018, mas o projeto continuou. No Brasil, há atividades promovidas entre o horário escolar e envolvem a capacitação de professores das escolas municipais onde os projetos são desenvolvidos<sup>25</sup>. Durante um evento organizado pela Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil) em março de 2019, foi lançado o Plano de Trabalho do Projeto, envolvendo pelo menos as cidades produtoras de tabaco Sobradinho, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul e Arroio do Tigre. Há um registro de que o projeto fez uma doação ao município participante.<sup>26 27 28</sup>

**INDICADOR 3: Benefícios para Indústria do Tabaco**

6. O governo atende a solicitações da indústria do tabaco de concessão de mais tempo para implementação ou adiamento da lei de controle do tabaco. (por exemplo, 180 dias é comum para advertências sanitárias, o aumento de impostos pode ser implementado dentro de 1 mês) (Rec 7.1)

0

Não há evidência.

7. O governo concede privilégios, incentivos, isenções ou benefícios à indústria do tabaco. (Rec 7.3)

4

**1. Promoção do desenvolvimento rural sustentável nas áreas de cultivo de tabaco.**

É proibida a concessão de crédito relacionado à produção de tabaco desenvolvido em parceria ou integração com as indústrias de tabaco no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). É feita uma exceção para apoiar os produtores de tabaco quando o crédito é destinado a outras culturas além do tabaco, a fim de incentivar a diversificação das atividades geradoras de renda da unidade familiar. Antes do estabelecimento do Plano de Safra 2019/2020, Fernando Schwanke, Secretário Nacional de Agricultura Familiar e Cooperativas, garantiu, em discurso público, que a produção de tabaco seria acesso a recursos do Pronaf - proibido desde 2002. Mas as regras foram mantidas e as do Pronaf os recursos estão disponíveis apenas para produtores de tabaco que diversificam a produção.<sup>29 30</sup>

**2. Banco Estadual/Banrisul.** Os créditos para os produtores de tabaco estão disponíveis no Banco do Rio Grande do Sul (Banrisul) e os contratos foram viabilizados por empresas de tabaco. O Banrisul ofereceu uma doação extra de R\$ 106 milhões de reais para a produção de tabaco para mais de 20 mil produtores de tabaco da região na safra 2018/2019. Para a safra seguinte, a agência bancária de Santa Cruz do Sul, cidade produtora de tabaco, disponibilizou novamente outro crédito extra de R\$ 106 milhões. "Uma equipe já está em turnê pelas empresas para fortalecer contatos e viabilizar parcerias novamente", confirma o gerente Carlos Roberto de Andrade.<sup>31</sup>

**3. O governo subsidiou o financiamento de crédito rural de bancos locais.**

Do relatório anual Pyxus 2109: "No Brasil, alguns fornecedores obtêm financiamento governamental de crédito rural de bancos locais, o que é garantido

pela Companhia. A Companhia retém valores devidos a fornecedores relacionados ao financiamento de crédito rural do fornecedor na entrega de tabaco à Companhia. A Companhia envia pagamentos aos bancos locais em nome dos fornecedores garantidos. O pagamento do financiamento do crédito rural é devido aos bancos locais com base nas datas contratuais de vencimento".<sup>32</sup>

4. Viajantes internacionais podem trazer para o Brasil 200 cigarros, 25 charutos, 250 gramas de tabaco e comprar adicionalmente nas lojas do tipo duty-free mais 400 cigarros, 25 charutos e 250g de tabaco.<sup>33</sup>

0 1 2 3 4 5

#### INDICADOR 4: Formas Desnecessárias de Interação

8. Os funcionários governamentais de alto nível (como Presidente / Primeiro Ministro ou Ministro) se reúnem com / fomentam relações com as empresas de tabaco, tais como participação de atividades sociais e outros eventos patrocinados ou organizados pelas empresas de tabaco ou por aqueles que promovem seus interesses. (Rec 2.1)

5

**1. Vice-Presidente do Brasil e empresas de tabaco.** Em Santa Cruz do Sul, o vice-Presidente Hamilton Mourão defendeu uma redução nos impostos sobre o tabaco. Convidado pelo grupo Gazeta de Comunicação para uma palestra em Santa Cruz do Sul, cidade produtora de tabaco, o Vice-Presidente falou sobre o futuro do tabaco e disse que é necessário rever os impostos sobre a categoria. Mourão também afirmou que realizou reuniões com representantes da indústria do tabaco após as eleições durante o período de transição.<sup>34</sup>

**2. Ministra da Agricultura recebeu uma delegação de tabaco.** Representantes do setor do tabaco participaram de uma audiência com a MAPA, Tereza Cristina. Acompanhada pelo secretário de Agricultura Familiar e Cooperativas do Ministério, Fernando Schwanke, ela recebeu os seguintes representantes: o presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), Iro Schünke; o presidente da Associação dos Produtores de Tabaco do Brasil (Afubra), Benício Werner; o diretor executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Tabaco (Abifumo), Carlos Galant; e o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, Romeu Schneider.

O encontro teve como objetivo buscar apoio do governo para interromper, nas palavras dos representantes, o "ativismo antifumo" que prevalece no país, uma vez que o mercado de tabaco é importante para a economia do país.

Presentes também o Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, Sr. Alceu Moreira, que agendou a reunião, e o Sr. Jerônimo Goergen.<sup>35</sup>

**3. O Secretário de Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura se encontrou com Afubra.** Em março, o secretário de Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Fernando Schwanke, participou de uma reunião com a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) durante a Expoagro Afubra, em Rio Pardo (RS), juntamente com representantes do setor de tabaco para discutir as demandas das demandas do setor.<sup>36</sup>

**4. Ministro-Chefe da Casa Civil e representantes de empresas de tabaco:** Representantes de Afubra, Abifumo, Sinditabaco, Amprotabaco, prefeitos, vereadores e parlamentares se reuniram com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, em uma audiência destacada pelo deputado Marcelo Moraes, pedindo políticas de apoio ao setor. O prefeito de Venâncio Aires, Giovane Wickert, participou da reunião e informou que a delegação aproveitou a oportunidade para debater a questão do contrabando e o projeto de lei do senador José Serra (PSDB), o PL 769/2015.

Marcelo Moraes é deputado federal e em sua campanha de 2014 recebeu doações de empresas de tabaco. Giovane Wickert é um dos porta-vozes da Amprotabaco.<sup>37</sup>

**5. Indústrias de tabaco e prefeitura patrocinaram o evento local.** A Oktoberfest é um evento tradicional relacionado a imigrantes alemães. É organizado pela Associação de Entidades Empresariais de Santa Cruz do Sul (Assemp) e pelo Município de Santa Cruz do Sul, produtora de tabaco e anfitriã do evento. As empresas de tabaco e a Afubra patrocinaram o evento: JTI, Philip Morris Brasil, Souza Cruz, Universal Leaf Tobacco.<sup>38</sup>

**6. Sinditabaco e Amprotabaco.** Prefeitos que também são membros da Amprotabaco se reuniram no estande do SindiTabaco, no Oktoberfest Park em Santa Cruz do Sul (RS), para eleição e inauguração do conselho e do conselho fiscal da entidade para o período de setembro de 2019 a fevereiro de 2021.<sup>39 40</sup>

**7. Deputado reuniu-se com a indústria do tabaco e aliados.** O deputado Heitor Schuch participou de uma série de atividades envolvendo a cadeia produtiva do tabaco. Ele se reuniu com representantes de Afubra, Abifumo, Sinditabaco, Amprotabaco, além de prefeitos e vereadores.<sup>41</sup>

9. O governo aceita assistência / ofertas de assistência da indústria do tabaco na execução, como a realização de operações de contrabando de tabaco ou a implementação de políticas contra o fumo ou de venda a menores. (incluindo contribuição financeira para essas atividades) (Rec 4.3)

2

**1. Doações da PMB.** A Philip Morris Brasil anunciou a doação de equipamentos à Polícia Federal de Naviraí, município de Mato Grosso do Sul, para ajudar a combater o comércio ilegal de cigarros. O equipamento, com a mais recente tecnologia, será usado em atividades de vigilância noturna e inclui uma câmera digital com lentes super-zoom poderosas e lâmpadas táticas. Além disso, os veículos da Polícia Federal foram equipados com luzes de emergência.<sup>42</sup>

**2. Souza Cruz e Programa de Diversificação.** A Souza Cruz (subsidiária da BAT) promoveu um seminário e reuniu líderes de federações, sindicatos, associações, universidades e entidades relacionadas à agricultura nos três estados do sul do Brasil. O objetivo do evento foi discutir a agricultura familiar e seu futuro, inserção de tecnologias, permanência de novas gerações e, além disso, manter o tabaco como uma cultura atraente para os produtores. Esteve presente o secretário do Ministério da Agricultura, Fernando Schwanke, que abriu o evento. Ele é responsável pela condução do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas de Tabaco, que desde 2015-2016 está em crise e ameaçou deixar de existir ou ser substituído pelo conceito de diversificação propagada pelo SindiTabaco (consulte o projeto 'Plante milho e feijão após a colheita de tabaco'). Colheita, na questão 10). O secretário Schwanke falou sobre os números do Ministério da Agricultura e revelou o poder rural em um ranking mundial em 2018, com o tabaco ocupando o 2º lugar em produção e 1º em exportação.

10. O governo aceita, apoia, endossa ou celebra parcerias ou acordos com a indústria do tabaco. (Rec 3.1)

NOTA: *Isso não deve envolver o desenvolvimento de políticas de RSC, atividades de fiscalização ou controle de tabaco, pois elas já foram abordadas em perguntas anteriores.*

4

**1. Projeto "Plante milho e feijão após a colheita do tabaco".** O projeto é desenvolvido pelo SindiTabaco e indústrias associadas, a fim de promover uma diversificação da produção de tabaco por meio de um sistema integrado de produção de milho e feijão - semelhante ao sistema integrado de produção de tabaco -, mas é muito diferente do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.

Os governos dos estados produtores de tabaco de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná são parceiros deste projeto, juntamente com a Associação de Fumicultores do Brasil (Afubra), a Federação de Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio Grande do Sul (Fetag -RS), Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina (Faesc), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Federação de Agricultura do Estado do Paraná (Faep), Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (Emater). Eles uniram forças para promover um programa local de diversificação para os produtores de tabaco de maneira diferente do Programa Nacional.<sup>44 45</sup>

## 2. Parcerias com a Embrapa:

Cooperação técnica entre Embrapa e **Philip Morris Brasil** para produção sustentável de tabaco: Em outubro, Philip Morris Brasil e Embrapa assinaram um termo de intenções para novo projeto que beneficiará mais de 5.000 produtores de tabaco nos três estados do Sul do Brasil.<sup>46 47</sup>

Embrapa, **Philip Morris Brasil** e Fundação de Apoio à Pesquisa Edmundo Gastal: Em março, plano de cooperação financeira de acordo anterior foi alterado. Este projeto provavelmente foi executado durante 2019.<sup>48</sup>

Contrato de Cooperação Técnica entre Embrapa, **Philip Morris Brasil** e Fundação de Apoio à Pesquisa Edmundo Gastal: Em novembro, o contrato foi estabelecido para implementar 50 novos orquidários no Rio Grande do Sul como parte do Projeto "Quintais Orgânicos", que trabalha com escolas de agriculturas familiares (escolas comunitárias gerenciadas pela associação de moradores e associações rurais da comunidade).<sup>49 50</sup>

Acordo de Parceria Técnica entre Embrapa, Fundação de Apoio à Pesquisa Edmundo Gastal Fapeg, e Souza Cruz. O objetivo é contribuir com a melhoria da gestão do solo para modelos de cultivo que associam cereais de inverno, milho e soja. A Souza Cruz investiu R\$ 184.782, além de transferir R\$ 92.163,75 para a Embrapa por meio da Fapeg.<sup>51</sup>

Cooperação Técnica entre Embrapa e **Afubra**: em julho, um aditivo de cooperação entre as instituições foi assinado, estendendo o projeto até 19 de julho de 2021.<sup>52</sup>

**3. Universidade Federal e SindiTabaco.** Um projeto entre a Universidade Federal de Santa Maria, Fundação de Apoio e Tecnologia e Ciência e SindiTabaco foi estendido até 31 de dezembro de 2019.<sup>53</sup>

**4. Programa Novos Rurais.**<sup>54</sup> Da webpage do Novos Rurais, um projeto desenvolvido pelo Instituto Souza Cruz<sup>55</sup>: "O Programa Novos Rurais é um em-

preendimento empresarial para a criação de novos negócios direcionados a estudantes de escolas agrícolas, que visa incentivar aqueles que desejam permanecer no campo, apoiando novos negócios, promovendo a geração de receita e aumentando a diversificação no ambiente rural. . Essa iniciativa pioneira é reconhecida pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO-ONU) como uma boa prática para o Desenvolvimento Sustentável. Novos Rurais é baseado em uma metodologia teórica e prática, aplicada com a parceria de escolas técnicas e organizações de campo, resultando em apoio financeiro a projetos que introduzem uma nova cultura ou negócio no campo." "O programa está dividido em duas etapas. Inicialmente, os alunos recebem aulas sobre temas como empreendedorismo, inovação e tendências de mercado. No final das aulas, eles desenvolvem um plano de negócios que está sujeito a uma avaliação técnica. Os rapazes e moças responsáveis pelos melhores projetos têm direito a apoio financeiro, a fim de possibilitar suas ideias. O segundo estágio é quando esses alunos selecionados implementam seus projetos e colocam seus novos negócios em prática." Os municípios parceiros deste projeto são Rio do Sul, Rio Negro, Canguçu, produtores de tabaco, estudantes e representantes do Instituto Souza Cruz. <sup>56</sup>

0 1 2 3 4 5

#### INDICADOR 5: Transparência

11. O governo não divulga publicamente reuniões / interações com a indústria do tabaco nos casos em que essas interações são estritamente necessárias para regulamentação. (Rec 2.2)

3

Normalmente, os membros do governo têm uma agenda pública, mas os detalhes dessas reuniões nem sempre estão disponíveis ao público. Em muitas ocasiões, só é possível obter registros mediante solicitação. No Brasil, existe a Lei de Acesso à Informação (LAI) desde 2012. Essa legislação é muito útil, mas alguns desafios permanecem. <sup>57</sup>

Durante 2019, representantes do governo tiveram reuniões com a indústria do tabaco, no entanto, às vezes, não há transparência suficiente nessas reuniões.

As reuniões com parlamentares não são públicas, mas geralmente são tiradas fotos e divulgadas nas redes sociais.

12. O governo exige regras para a divulgação ou registro de entidades da indústria do tabaco, organizações afiliadas e indivíduos agindo em seu nome, incluindo lobistas (Rec 5.3)

3

O Brasil vem discutindo a regulamentação das atividades de lobby nos últimos anos, mas isso ainda não foi aprovado. Portanto, a interação entre lobistas e representantes do governo depende das recomendações internas das entidades.

0 1 2 3 4 5

#### INDICADOR 6: Conflito de Interesse

13. O governo não proíbe contribuições da indústria do tabaco ou outra entidade que trabalhe para promover seus interesses para partidos políticos, candidatos ou campanhas ou para exigir a divulgação ampla de tais contribuições. (Rec 4.11)

1

Antes da Reforma Eleitoral de 2015, era possível consultar os doadores de cada candidato, e sabidamente as indústrias de tabaco doavam para candidatos de todos os níveis. Desde então, os candidatos a cargos eletivos devem financiar suas próprias campanhas e com doações de apoiadores individuais ou partidos políticos (recursos do Fundo do Partido).

Portanto, não podemos monitorar as doações da indústria do tabaco a parlamentares e candidatos ao Poder Executivo.

14. Oficiais aposentados do governo fazem parte da indústria do tabaco (ex-Primeiro Ministro, ex-Ministro, ex-Advogado da União) (Rec 4.4)

3

Cássio Cunha Lima foi prefeito, deputado federal, governador de 2003 a 2009 e senador de novembro de 2011 a fevereiro de 2019. Depois de perder uma eleição para o senado, criou a "Advice Brasil", uma empresa de lobby. Um de seus clientes é Philip Morris. "A vida é muito curta para fazer apenas uma coisa", disse ele. Lima confirmou trabalhar para o fabricante de cigarros.<sup>58</sup>

15. Atuais oficiais do governo e familiares ocupam posições no negócio do tabaco, incluindo posições de consultoria. (Rec 4.5, 4.8, 4.10)

0

Não evidências.

0 1 2 3 4 5

### INDICADOR 7: Medidas Preventivas

16. O governo estabeleceu um procedimento para divulgação dos registros das interações (tais como agenda, participantes, minutos e desfechos) com a indústria do tabaco e seus representantes. (Rec 5.1)

2

Sim, mas apenas parcial. Por favor, consulte a questão 11.

17. O governo formulou, adotou ou implementou um código de conduta para servidores públicos, prescrevendo os padrões com os quais eles devem obedecer ao lidar com a indústria do tabaco. (Rec 4.2)

3

Existe o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e o Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002, que trata do relacionamento entre agentes públicos e empresas.

Além disso, existem dois instrumentos normativos para os membros da Conicq: Diretrizes Éticas aplicáveis aos membros da Conicq e o Regulamento da Conicq.

O código se aplica apenas aos membros da Conicq, e não a todos os membros do governo. O Ministério da Saúde estabeleceu diretrizes éticas em 2012 para os membros da Conicq, que devem declarar que suas atividades serão transparentes e responsáveis e que medidas de saúde pública são irreconciliáveis com os interesses da indústria do tabaco, conforme recomendado no Artigo 5.3 da CQCT. Os membros da Conicq não receberão incentivos da indústria do tabaco, nem terão pesquisas/atividades financiadas pela IT. No entanto, o governo participa apenas de eventos patrocinados pela indústria do tabaco quando há interesses governamentais envolvidos.<sup>59</sup>

18. O governo exige da indústria do tabaco a periodicamente apresentar informações sobre produção, manufatura de tabaco, participação de mercado, despesas de marketing, receitas e qualquer outra atividade, incluindo lobby, filantropia, contribuições políticas e todas as outras atividades. (5.2)

**2**

Sim, embora não estejam disponíveis informações sobre despesas de marketing, lobby ou relações indiretas. Existem informações disponíveis sobre questões relacionadas ao tabaco como produção, receita, participação de mercado etc. nos sites da Receita Federal e da ANVISA. <sup>60</sup>

19. O governo tem um programa/sistema/plano que consistentemente<sup>61</sup> conscientize seus departamentos sobre políticas relacionadas às Diretrizes do Artigo 5.3 da CQCT. (Rec 1.1, 1.2)

**3**

O governo aumenta a conscientização por meio das ações da Conicq, mas ainda é necessário desenvolver um plano para estender a conscientização e conformidade com o Artigo 5.3 para todo o governo.

19. O governo estabeleceu uma política para proibir a aceitação de todas as formas de contribuições / presentes da indústria do tabaco (monetárias ou não), incluindo ofertas de assistência, projetos de políticas ou convites para visitas de estudo dados ou oferecidos ao governo, suas agências, funcionários e seus parentes. (3.4)

**2**

Sim, mas apenas parcial. Apoio financeiro e estudos não foram verificados.

**TOTAL**

**48**

# Referências

1 O termo "governo" se refere a qualquer servidor público, esteja ele atuando ou não dentro do escopo da autoridade, desde que encoberto por essa autoridade ou estendendo a outro como possuindo tal autoridade.

2 O termo "indústria do tabaco" inclui aqueles que representam seus interesses ou trabalham para promovê-los, incluindo a indústria do tabaco de propriedade do Estado.

3 A "oferta de assistência" pode incluir projetos de legislação, contribuições técnicas, recomendações, supervisionar a visita de estudo

4 Recente lista de composição da Câmara Setorial do Tabaco do Ministério da Agricultura: [https://dspace.stm.jus.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/158005/2020\\_01\\_20\\_ASSINADO\\_do2.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://dspace.stm.jus.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/158005/2020_01_20_ASSINADO_do2.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

5 Website da Câmara Setorial do Tabaco: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/camaras-setoriais-1/tabaco>

6 Observatório das Estratégias da Indústria do Tabaco da Fundação Oswaldo Cruz: (Fiocruz), que é parte do Knowledge hub para o artigo 5.3 da CQCT. O link mostra que Luis Carlos Heinze recebeu dinheiro da IT na sua campanha eleitoral [http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Luis\\_Carlos\\_Heinze](http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Luis_Carlos_Heinze)

7 Sobre Senator Heinze e sua interferência no projeto de lei: <http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Not%C3%ADcias>

8 Website do Senado Federal mantém toda informação sobre processo legislativo <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124339>

9 Fórum Nacional de Combate a Pirataria e Pirataria (FNCP) desenvolveu um guia para combater comércio ilícito de cigarros no Brasil, usando os mesmos argumentos disseminados pela IT, ao qual está associado.

10 <http://www.idesf.org.br/2019/03/14/dia-nacional-de-combate-ao-contrabando-idesf-e-abcf-divulgam-relatorio/>

11 Diário Oficial. Portaria do Ministro da Justiça nº 263, de 23 de março de 2019 que criou o grupo de trabalho para a avaliar a conveniência e oportunidade de reduzir taxaço de cigarros no Brasil [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/KujrwOTZC2Mb/content/id/68561661/do1-2019-03-26-portaria-n-263-de-23-de-marco-de-2019-68561465](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwOTZC2Mb/content/id/68561661/do1-2019-03-26-portaria-n-263-de-23-de-marco-de-2019-68561465) .

12 <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/03/26/internabrazil,745355/moro-cria-grupo-para-estudar-reducao-de-tributos-sobre-cigarro-fabrica.shtml> .

13 Observatório das Estratégias da Indústria do Tabaco da Fundação Oswaldo Cruz: (Fiocruz), que é parte do Knowledge

hub para o artigo 5.3 da CQCT. O link mostra que a relação entre a ETCO e Souza Cruz, subsidiária da BAT. Declaração da ETCO sobre trabalhar com companhias e governos no combate à evasão fiscal, contrabando e pirataria na região. <https://drive.google.com/file/d/1PDDYqaFeKVPn-df9tIFs65ZFxyjSSGSw/view>

14 Website do Senado: processo legislativo do Projeto de lei do Senado nº 2898/2019 <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136774>

15 Estratégia do Sen. Heinze de solicitar ao Sen. Esperidião Amin que removesse o PLS da agenda da Comissão: <http://olajournal.com.br/novo-tributo-para-o-tabaco-deve-ser-aprovado-no-senado/>

16 Lei estadual: [http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=-TEXTO&Hid\\_TodasNormas=65516&hTexto=&Hid\\_IDNorma=65516](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=-TEXTO&Hid_TodasNormas=65516&hTexto=&Hid_IDNorma=65516).

17 Website da Câmara Setorial do Tabaco <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/camaras-setoriais-1/tabaco>

18 Observatório das Estratégias da Indústria do Tabaco da Fundação Oswaldo Cruz: (Fiocruz), que é parte do Knowledge hub para o artigo 5.3 da CQCT. O link mostra a lista de instituições relacionadas à IT [http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Categoria:Organiza%C3%A7%C3%B5es\\_ligadas\\_ao\\_tabaco](http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Categoria:Organiza%C3%A7%C3%B5es_ligadas_ao_tabaco) .

19 Câmaras setoriais e temáticas do Ministério da Agricultura e a descrição de seus objetivos <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/camaras-setoriais-e-tematias-do-mapa>

20 Composição da Câmara Setorial do Tabaco em 2018: <http://www.in.gov.br>

[web/dou/-/portaria-n-2-de-7-de-fevereiro-de-2018-4377211](http://web/dou/-/portaria-n-2-de-7-de-fevereiro-de-2018-4377211)

21 Por favor, acesse a lista com dados desde 2009 para qualificar a reposta, <http://www.who.int/fctc/cop/en/>

22 <http://www.paginarural.com.br/noticia/275747/projetos-de-vida-renovados-para-129-jovens-rurais-destaca-instituto-crescer-legal>

23 Relatório do Instituto Crescer Legal 2019 <http://crescerlegal.com.br/site/wp-content/uploads/2020/03/Relat%C3%B3rio-Institucional-2019-Instituto-Crescer-Legal.pdf>

24 Atividades da Arise no Brasil: <https://www.uaaa.com.br/agronegocio/jovens-no-campo-como-garantir-a-continuidade-da-agricultura>

25 Arise fez uma doação para Arroio do Tigre: [http://www.gaz.com.br/conteudos/centro\\_serra/2019/10/28/156740-arise\\_doa\\_veiculo\\_e\\_placas\\_fotovoltaiicas\\_a\\_arroio\\_do\\_tigre.html.php](http://www.gaz.com.br/conteudos/centro_serra/2019/10/28/156740-arise_doa_veiculo_e_placas_fotovoltaiicas_a_arroio_do_tigre.html.php)

26 Website da Arise: <http://ariseprogram.org/en/about-arise/where-we-work/>

27 Lançamento do plano de trabalho para quatro cidades: <http://sobradinho.rs.gov.br/portal/2019/03/27/evento-educacao-contra-o-trabalho-infantil-foi-destaque-na-expoagro-afubra/>

28 Projeto da Arise <http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Not%C3%ADcias>

29 Fernando Schwanke, Secretário da Secretaria Nacional de Agricultura Familiar e Cooperativa, fez discurso sobre a possibilidade de retomar empréstimo para cultivo do tabaco por meio do Pronaf: <https://www.agrolink.com.br/noticias/pronaf-fumicultores-deverao-ter-a>

cesso-as-linhas-de-credito\_421327.html ;  
<https://www.produtorsouzacruz.com.br/noticias/pronaf-autoriza-financiamento-para-casas-de-agricultores>

30 <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/pressao-pelo-tabaco-no-cmn.html>

31 Banrisul: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:YF-Z-SUYI5RYJ:www.gaz.com.br/conteudos/regional/2019/07/11/149781-banrisul-disponibiliza\\_rs\\_106\\_milhoes\\_ao\\_tabaco\\_no\\_plano\\_safra.html.php+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:YF-Z-SUYI5RYJ:www.gaz.com.br/conteudos/regional/2019/07/11/149781-banrisul-disponibiliza_rs_106_milhoes_ao_tabaco_no_plano_safra.html.php+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)

32 Relatório anual da Pixus 2019: <https://www.pyxusintl.com/pdf/Pyxus%20International%202019%20Annual%20Report.pdf>

33 <https://www.iatatravelcentre.com/BR-Brazil-customs-currency-airport-tax-regulations-details.htm> e <https://receita.economia.gov.br/orientacao/aduaneira/viagens-internacionais/guia-do-viajante/entrada-no-brasil/cota-de-isencao-duty-free-e-bagagem-tributavel>

34 Sobre a reunião do Vice-Presidente e IT: [http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2019/08/06/151314-mourao\\_fala\\_em\\_reduzir\\_impostos\\_para\\_competir\\_com\\_o\\_contrabando.html.php](http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2019/08/06/151314-mourao_fala_em_reduzir_impostos_para_competir_com_o_contrabando.html.php), [http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2019/08/06/151311-vIdeo\\_veja\\_como\\_foi\\_a\\_palestra\\_almoco\\_com\\_o\\_vice\\_presidente\\_mourao.html.php](http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2019/08/06/151311-vIdeo_veja_como_foi_a_palestra_almoco_com_o_vice_presidente_mourao.html.php)

35 Sobre reunião da Ministra da Agricultura e IT: <http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Not%C3%ADcias>, [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/economia/2019/02/671546-representantes-da-cadeia-do-tabaco-entregam-demandas-para-ministra.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2019/02/671546-representantes-da-cadeia-do-tabaco-entregam-demandas-para-ministra.html) ;

<http://www.folhadomate.com/noticias/geral15/lideres-da-cadeia-produtiva-do-tabaco-apresentam-demandas-do-setor-para-a-ministra-da-agricultura>

336 Sobre a reunião da CNA: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/cna-discute-demandas-do-setor-de-tabaco> ; [http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Casos\\_de\\_influ%C3%A4ncias\\_aos\\_tomadores\\_de\\_decis%C3%A3o](http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Casos_de_influ%C3%A4ncias_aos_tomadores_de_decis%C3%A3o)

37 Sobre a reunião entre Ministra da Casa Civil e IT e aliados: [http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Casos\\_de\\_influ%C3%A4ncias\\_aos\\_tomadores\\_de\\_decis%C3%A3o#cite\\_note-5](http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Casos_de_influ%C3%A4ncias_aos_tomadores_de_decis%C3%A3o#cite_note-5) , <https://folhadomate.com/opiniao/colonistas/sergioklafke/cadeia-produtiva-do-tabaco-em-debate/>

38 Jantar com patrocinadores: [http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2019/08/21/152321-jantar\\_festivo\\_apresenta\\_os\\_patrocinadores\\_da\\_oktoberfest.html.php](http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2019/08/21/152321-jantar_festivo_apresenta_os_patrocinadores_da_oktoberfest.html.php)

39 SindiTabaco promoveu reunião da Amprotabaco: [https://www.agrolink.com.br/noticias/nova-diretoria-da-amprotabaco-projeta-ampliar-defesa-da-cadeia-produtiva\\_425213.html](https://www.agrolink.com.br/noticias/nova-diretoria-da-amprotabaco-projeta-ampliar-defesa-da-cadeia-produtiva_425213.html)

40 Patrocinadores do Oktoberfest: [http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Casos\\_de\\_influ%C3%A4ncias\\_aos\\_tomadores\\_de\\_decis%C3%A3o#cite\\_note-3](http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Casos_de_influ%C3%A4ncias_aos_tomadores_de_decis%C3%A3o#cite_note-3) ,

41 Heitor Schuch e IT e aliados: <https://heitorschuch.com.br/noticia.php?titulo=Schuch-reforca-pleitos-da-cadeia-produtiva-do-tabaco>

42 Doação de equipamentos feita pela PM para combate ao comércio ilícito de cigarros: [https://www.maxpress.com.br/Conteudo/1,398717,Philip\\_Morris\\_doa\\_](https://www.maxpress.com.br/Conteudo/1,398717,Philip_Morris_doa_)

equipamentos\_para\_combater\_comercio\_ilegal\_de\_cigarros,398717,5.htm

43 Seminário promovido pela Souza Cruz: [http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Casos\\_de\\_influ%C3%AAncias\\_aos\\_tomadores\\_de\\_decis%C3%A3o#cite\\_note-2](http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Casos_de_influ%C3%AAncias_aos_tomadores_de_decis%C3%A3o#cite_note-2)

44 Parceria do governo do Rio Grande do Sul e aliados da IT. [http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2019/12/13/159004-aberta\\_a\\_colheita\\_de\\_tabaco\\_no\\_rio\\_grande\\_do\\_sul.html.php](http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2019/12/13/159004-aberta_a_colheita_de_tabaco_no_rio_grande_do_sul.html.php)

45 Projeto "Plante Milho e Feijão após colheita de tabaco" <http://olajornal.com.br/diversificacao-rende-r-640-milhoes-aos-produtores-de-tabaco/>

46 Diário Oficial: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/extrato-de-contrato-de-cooperacao-tecnica-e-financeira-223119632>

47 [http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Casos\\_de\\_influ%C3%AAncias\\_aos\\_tomadores\\_de\\_decis%C3%A3o](http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Casos_de_influ%C3%AAncias_aos_tomadores_de_decis%C3%A3o)

48 Diário Oficial: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/extrato-de-termo-aditivo-69211146>

49 Diário Oficial: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/extrato-de-contrato-de-cooperacao-tecnica-e-financeira-226030769>

50 [http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Casos\\_de\\_influ%C3%AAncias\\_aos\\_tomadores\\_de\\_decis%C3%A3o](http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Casos_de_influ%C3%AAncias_aos_tomadores_de_decis%C3%A3o)

51 Diário Oficial: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/extrato-de-contrato-85390801>

52 Diário Oficial: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/extrato-de-termo-aditivo-209550063>

53 Diário Oficial: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/extrato-de-termo-aditivo-196349785>

54 Website do Novos Rurais: <http://www.programanovosrurais.com.br>

55 Instituto Souza Cruz: [http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS\\_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DOB-DNNSG?opendocument](http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DOB-DNNSG?opendocument) ; [http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS\\_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DOB-CPP7J?opendocument](http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DOB-CPP7J?opendocument)

56 Novos Rurais: [http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Programa\\_e\\_institui%C3%A7%C3%B5es\\_de\\_RSC](http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/Programa_e_institui%C3%A7%C3%B5es_de_RSC)

57 <https://www.right2info.org/recent/brazil-adopts-access-to-information-law> , <https://www.article19.org/resources/brazil-five-years-of-the-access-to-information-law/> .

58 Relação entre antigo parlamentar e PM: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/11/11/mandatos-dao-lugar-ao-lobby-no-congresso.htm>

59 Relatório do Brasil 2014: [https://untobaccocontrol.org/impldb/wp-content/uploads/reports/brazil\\_2014\\_report\\_final.pdf](https://untobaccocontrol.org/impldb/wp-content/uploads/reports/brazil_2014_report_final.pdf) [pg 21].

60 Websites sobre informações requisitadas à IT: <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/regimes-e-controles-especiais>; <http://portal.anvisa.gov.br/tabaco>.

61 Para o propósito desta questão, "consistentemente" significa: a. Cada vez que CQCT é discutida, o art. 5.3 /é explicitado. E b. b. Sempre que surge a oportunidade, quando a intervenção na indústria do tabaco é descoberta ou relatada.

